

**Aviso n.º 29163/2008**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 4 de Janeiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Bubacar Daramé, natural de Gabú, República da Guiné Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 25/04/1961, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

28 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho n.º 31476/2008****Lista n.º 137/08**

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Novembro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Suely Vieira dos Santos .....	06-02-70
Paula Teresa de Lisieux Carvalho Moura Barsottelli .....	06-07-81
Carlos Roberto Naves .....	08-03-65
Raquel Coutinho Braga de Oliveira .....	12-09-72
Paulo Henrique Sabino Rodrigues .....	24-01-74
Lazaro Jesus de Brito .....	22-07-87
Cristiane Rocha Monteiro .....	02-10-73
Alice da Silveira .....	26-12-86
Thiago Jose Ferreira Motta .....	01-05-84
Rounymarie Fonseca Farias .....	23-03-80
Cristiane Maria do Nascimento .....	10-04-71
Augusto Santos Cardoso .....	20-07-81
Flavia de Souza Gonçalves Nascimento .....	25-04-69

28 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho n.º 31477/2008****Lista n.º 132/08**

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Novembro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data Nascimento
Jones Faria Souza .....	06-01-90
Denise Helena Bueno Vieira Silva .....	21-10-76
Ronaldo Dimas Xavier .....	04-04-63
Ozelina Soares da Silva .....	31-07-55
Dirce Siqueira Chelavier .....	20-06-66
Ivete Pereira Sousa .....	04-07-68
Marcelo Alexandre da Silva .....	10-11-74
Michele Aguiar Alvarenga .....	08-11-76
Anderson de Lima Venancio .....	08-08-78
Sandra Regina Vieira Barreto Martinelli .....	08-08-73
Sonia Maria Viana Costa Macedo .....	18-11-74
Claudia Lino do Monte .....	14-01-82
Jussara Moreira da Silva .....	10-04-46

28 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho n.º 31478/2008****Lista n.º 136/08**

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Novembro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade

de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Unilde Cezar Cavalcanti Palma .....	13-11-49
Janete Terezinha Silva de Almeida .....	27-08-55
Priscila Beltran Ferreira .....	12-03-84
Luciano Antonio Santana .....	04-09-80
Luciano Barbosa dos Santos .....	09-12-89
Eduardo Araujo dos Santos .....	25-08-89
Eliane Francisco Guimarães .....	25-04-83
Rubia Mara Vieira Dutra .....	04-08-81
Vinicius Rafael Brito Pressi .....	19-12-80
Alberto Carlos Corrêa .....	17-07-76
Wilson Silveira Figueiredo .....	30-08-69
Miriam Helena Oliveira Figueiredo .....	23-08-70
Francini Camargo Soares .....	05-01-76

28 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho n.º 31479/2008****Lista n.º 135/08**

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Novembro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Ivanete Francisco de Lima .....	02-02-83
Interlany Conceição Cabral .....	29-12-87
Maria Roza da Conceição .....	10-01-66
Erico Rogerio Silva Melo .....	22-03-76
Gerson Ribeiro da Silva Júnior .....	02-01-74
Sebastiana da Silva .....	15-09-48
Rosimeire Gonçalves Pereira Vieira .....	22-08-66
Rosa Marilda Hodecker .....	31-10-54
Cristiane Lima Capel .....	07-11-66
Edmar Fernando de Novaes .....	28-04-80
Joilson Santos de Sousa .....	28-03-77
Alan Kaster Richard de Oliveira Lopes .....	15-03-88
Alessandra Lopes da Silva de Oliveira .....	28-01-86

28 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho n.º 31480/2008****Lista n.º 134/08**

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Novembro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres e de Direitos Políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º e 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugados com os artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Claudia Azeredo Isaac .....	29-10-65
Dorinel Soares de Oliveira .....	24-09-71
Warley de Souza Malaquias .....	04-02-67
Antonio Marcos Camargos Pêgo .....	26-03-77
Francisco Elcivan Rodrigues Nantua .....	26-06-67
Cecilia Alves de Lucena Nantua .....	01-05-68
Helton Alves dos Santos .....	17-06-79

	Data de nascimento
Elzeni Pereira Gomes	08-02-77
Wilson José Coelho	21-11-61
Eneida Heredia Lima	29-09-55
Maria Renilde Mendonça Kato	22-08-57

28 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Secretaria-Geral

#### Despacho (extracto) n.º 31481/2008

Por despacho n.º 579/2008-SEAP, de 14 de Novembro de 2008, de SS. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública, ao abrigo da competência delegada no despacho n.º 17 553/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de Junho de 2008:

Maria Beatriz Serra André Fonseca, operária qualificada, categoria de costureira, afecta à Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na situação de mobilidade especial, autorizada a passar à situação de licença extraordinária, pelo período de 5 (cinco) anos, com início a 6 de Outubro de 2008, nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

#### Despacho (extracto) n.º 31482/2008

Por meu despacho de 24 de Novembro de 2008:

Cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (lei da mobilidade), designadamente, através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, P20085253/SIGAME, do qual não resultou o preenchimento da vaga por opositores obrigatórios, Maria Olímpia Dias da Conceição, assistente administrativa, escalão 6, índice 249 do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Reinserção Social (ex-Instituto de Reinserção Social), transferida, obtida a anuência do serviço de origem, para o mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, com efeitos a 1 de Dezembro de 2008, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

### Direcção-Geral da Política de Justiça

#### Aviso n.º 29164/2008

##### Concurso interno de acesso geral para a categoria de Técnico Profissional de 1.ª Classe

1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho, de 25 de Novembro de 2008, da Directora-Geral da Política de justiça do ministério da Justiça, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral para o provimento de 1 lugar de Técnico Profissional de 1.ª Classe, da carreira Técnica Profissional, para a área funcional das estatísticas de Justiça, do quadro de pessoal do ex-Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, aprovado pelo Portaria n.º 1215/2001, de 23 de Outubro.

2 — Nos termos artigos 34.º e 41.º do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi efectuado o procedimento de selecção para o reinício de funções de pessoal em situação de mobilidade especial, através da oferta P20084688, tendo o mesmo sido encerrado por ausência de candidato seleccionado.

3 — Em cumprimento da alínea *h*), do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o preenchimento da vaga mencionada, esgotando-se com o seu provimento.

5 — O conteúdo funcional do lugar a prover abrange o exercício de funções de concepção, estudo e investigação de natureza técnica, na área funcional das estatísticas da Justiça.

6 — Remuneração, condições e local de trabalho — as remunerações serão fixadas nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e de Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública. O local de trabalho situa-se em Lisboa, nas instalações da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida Óscar Monteiro Torres, n.º 389, 1000-216 Lisboa.

7 — Requisitos gerais e especiais de admissão — poderão candidatar-se, nos termos do n.º 1, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, 11 de Julho, os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, reúnam:

7.1 — Os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas previstos no n.º 2, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.2 — Os especiais de admissão a concurso e provimento em funções públicas previstos na alínea *c*) do n.º 1, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

8 — Métodos de selecção — no presente concurso o método de selecção a utilizar será a avaliação curricular.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do Júri do presente concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — Os resultados obtidos na aplicação do método de selecção serão expressos numa escala de 0 a 20 valores (considerada até às centésimas), bem como a classificação final, a qual resultará da classificação obtida no método de selecção avaliação curricular, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HAB + FP + AFP}{6}$$

11 — Formalização das candidaturas — o requerimento de admissão a concurso, com indicação do número do aviso, deverá ser dirigido à Directora-Geral da Política de Justiça, do Ministério da Justiça, podendo ser entregue pessoalmente na Avenida Óscar Monteiro Torres, n.º 39, 1.º andar, Divisão de Recursos Humanos, 1000-216 Lisboa, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao último dia do prazo fixado no presente aviso para entrega das candidaturas, para a mesma morada.

12 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Nome, estado civil, número e validade do Bilhete de Identidade, residência e número de telefone;
- Habilitações literárias;
- Indicação da categoria que detém, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas previstos no n.º 2, do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar, por considerarem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal, os quais, no entanto, só poderão ser tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

13 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- Curriculum profissional detalhado, devidamente datado e assinado com indicação, designadamente, das tarefas e funções desenvolvidas pelo candidato e correspondentes períodos, bem como a formação profissional complementar, referindo as acções finalizadas, duração e entidade promotora, devendo ser apresentadas fotocópias dos documentos comprovativos;
- Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente autenticada e actualizada, da qual conste de maneira inequívoca a natureza do vínculo e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço quantitativa nos anos relevantes para efeitos de concurso;
- Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;
- Declaração relativa ao conteúdo funcional exercido, emitida pelo serviço a que o candidato pertence;
- Fotocópia do Bilhete de Identidade.

14 — Nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, serão excluídos os candidatos que não